



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 No dia dezanove de Junho de 2013, no Auditório da SUCAB, no Centro Administrativo
2 da Bahia-CAB, Salvador-Bahia, realizou-se a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho
3 Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente - FERFA. Esteve
4 presentes a Coordenadora da COGEF Tatiany de Andrade Oliveira - Suplente do
5 Presidente, os conselheiros Luiz Antonio Ferraro Junior, Célia Regina Menezes
6 Bandeira representantes da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Sueli Tereza Abad,
7 João Lopes Araújo representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente -
8 CEPRAM, Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann representante da Associação
9 Nacional dos órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, Ana Carla Souto
10 Rocha - Coordenadora da Câmara Técnica Temporária do Edital FERFA 002/2012,
11 Fabiana Vieira Cavadas, Ana Luzia Oliveira Pimentel e Edleide Araújo da Hora da
12 Coordenação de Gestão dos Fundos. Logo após o início da reunião houve a necessidade
13 de transferência de local, passando a ser realizada no auditório da Casa Civil.
14 Constaram em pauta: 1. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária; 2. Apreciação
15 do Resultado da Análise de Seleção dos Projetos do Chamamento Público FERFA
16 02/2012- Câmara Técnica Temporária; 3. Execução do Plano de Aplicação; 4. O que
17 ocorrer. A coordenadora abriu a reunião e após a leitura e aprovação da ATA da 5ª
18 Reunião Extraordinária, foi sugerida a inversão da pauta. Em seguida, iniciou o ponto
19 de pauta da Execução do Plano de Aplicação, com apresentação sobre a Ação 7005 -
20 Fomento, ao Desenvolvimento de Tecnologias Sociais Sustentáveis, atividade -
21 Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologias em Reciclagem de Resíduos Sólidos,
22 prevista para ser executada via edital pela unidade da SEMA responsável, a
23 Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais. Em seguida passou a palavra para
24 o conselheiro Ferraro, que destacou que os recursos previstos para pesquisa estavam
25 fracionados em ações bastante dispersas no PPA, sendo o valor de R\$ 150.000,00 (cento
26 e cinquenta mil reais) previsto no FERFA para aplicar em tecnologias de resíduos
27 sólidos e por isso foi decidido reunir em uma ação única. Pontuou que com a união dos
28 recursos do FERFA e da SEMA o valor chegará ao montante de R\$ 3.900.000,00 (três
29 milhões e novecentos mil reais), viabilizando a abertura de um grande edital para apoio
30 a Rede de Pesquisa Ambiental do Estado da Bahia, por meio de convênio com a
31 Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB; Informou que a
32 presente proposta de convênio busca o desenvolvimento científico de temas específicos
33 da área ambiental voltados à ampliação do conhecimento e conseqüente melhoria da
34 eficiência da gestão ambiental do Estado, abordando as áreas de biologia da
35 conservação, ecologia de ecossistemas, tecnologias limpas, recuperação de áreas
36 degradadas e qualidade ambiental, além dos aspectos sociais e econômicos que
37 interagem com a questão ambiental. Disse ainda que um dos focos são as redes de
38 pesquisa, onde o grupo de pesquisa vai obrigatoriamente se articular com outros grupos,
39 porque desejamos produtos gerais para a Bahia e a priorização da caatinga e do cerrado,
40 principalmente no que tange restauração de áreas degradadas por considerar que o
41 marco do conhecimento científico para Mata Atlântica é muito mais avançada no país
42 do que para o cerrado e a caatinga. O senhor Ferraro pontuou que só em alguns itens
43 vão privilegiar, e quanto o inventário de fauna e flora ser exclusivo para caatinga e
44 cerrado é porque inventário de fauna e flora para a mata atlântica já tem muito, diz
45 ainda que o inventário florestal, aplicação de métrica para paisagem para avaliação do
46 grau de fragmentação pode contemplar a Mata Atlântica também. E o que desejam é



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

48 que as redes e o conjunto de grupos de pesquisa se reúnam, façam um levantamento
49 estado da arte, e apresentem o que existe da área de tecnologias, melhores tecnologias
50 ambientais para a área da agricultura, por exemplo. “Queremos que se faça um estudo
51 do que há na Bahia e apresente isso como primeiro produto e apresentem depois a
52 produção que complementa esse cenário da área de tecnologias ambientais por exemplo.
53 Queremos que tenha produtos muito concretos, mapas, levantamentos, protocolo de
54 restauração, indicação de tecnologias ambientalmente mais adequadas para setores
55 econômicos, coisas desse nível que possam rapidamente ser transpostas como
56 instrumento da gestão ambiental para evitar um deserto na resposta a este edital” diz
57 Ferraro; diz ainda que já agendou com os Diretores da Superintendência para visitarem
58 todas as universidades públicas do estado e que já fizeram o levantamento dos trezentos
59 grupos de pesquisa ambiental do Estado que irão reunir todos os grupos e apresentar o
60 edital em detalhes, dirimir dúvidas e fazer um incentivo a resposta a esse edital. Já vão
61 ser trezentos mil reais por rede e esperam estar financiando doze redes que dá o valor de
62 três milhões e seiscentos mil e os outros trezentos mil são de custeio de avaliação,
63 monitoramento... Conta estarem muito animados com esse edital, e esperam inaugurar
64 uma nova era que se consiga construir uma agenda de pesquisa ambiental do estado, e
65 induzir uma produção de conhecimento útil a gestão. A Sra. Tatiany informa que a
66 proposta de convênio está em análise no PGE, e que está aguardando o retorno para que
67 seja firmado ainda esse mês porque a perspectiva é de lançamento do edital também até
68 o final do mês de julho para que consiga esse ano ainda estabelecer os Termos.
69 Considerando o ponto de pauta a Sra. Tatiany coloca em aberto as considerações a
70 serem feitas no que se refere à aprovação da execução dessa atividade via o convênio
71 com a FAPESB. Como não houve nenhuma objeção foi aprovada. Passando para o item
72 de pauta nº 2 - Apreciação do Resultado da Análise de Seleção dos Projetos do
73 Chamamento Público FERFA 02/2012 a Sra. Tatiany informa que a Câmara Técnica
74 Temporária foi instalada através da Portaria do Presidente do Fundo em maio/2013
75 onde designou a coordenação dos trabalhos que analisou os projetos inscritos no edital
76 002 à Sra. Ana Carla Souto, coordenadora na Diretoria de Unidade de Conservação,
77 socióloga, antropóloga, com experiências nas áreas de pesquisa e projetos. A Sra.
78 Tatiany destaca a dedicação de toda a equipe da COGEF especialmente das estagiárias,
79 o apoio irrestrito das unidades que disponibilizaram técnicos, a Diretoria de Educação
80 Ambiental, Diretoria de pesquisa Ambiental, a Diretoria de Biodiversidade, de Unidade
81 de Conservação, da Coordenação de Gestão Descentralizada, além da contribuição dos
82 técnicos da EBDA, SEPLAN, EMBASA, que trabalham em diferentes espaços e
83 movimentos sociais, e que têm uma experiência muito grande principalmente na questão
84 da conservação da caatinga já que a maioria dos técnicos SEMA/INEMA tem uma
85 relação de atuação muito maior na Mata Atlântica. Pontuou também a participação do
86 técnico do MDA, em licença para doutorado, com atuação na assistência técnica de
87 povos indígenas. Expôs sobre as 15 oficinas de mobilização nos 12 territórios de
88 identidade do semiárido (a Chapada Diamantina foi contemplada com três oficinas) e a
89 oficina específica para os povos indígenas que teve a colaboração da Coordenação para
90 Povos Indígenas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, onde
91 participaram setenta lideranças de doze etnias que compõem o semiárido baiano. A
92 Oficina teve a participação no processo de elaboração da metodologia da Diretoria de
93 Educação Ambiental, ressaltando que todos os técnicos que participaram das oficinas
94 com os povos indígenas não avaliaram projetos de povos indígenas. A coordenadora da



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

95 Câmara Técnica, Carla Souto, descreveu o processo de avaliação dos projetos inscritos
96 no Edital, onde a metodologia utilizada foi inspirada no Edital FERFA 001/2012 sendo
97 ajustada para o Edital 002/2012 que teve questões específicas muito diversas, com
98 temas muito diversos, que envolveram desde a restauração de ecossistemas, sistemas
99 agroflorestais, agroextrativismo, além de questões transversais, como participação
100 social, biodiversidade, controle social, gênero e educação ambiental em si. Narra ainda
101 que foram reunidos profissionais com essas distintas formações, sociólogos,
102 engenheiros agrônomos, antropólogos, pessoas em qualificadas áreas do conhecimento
103 porque os próprios temas exigiam essa diversidade. Pontuou que os servidores da
104 Coordenação de Gestão dos Fundos - COGEF fizeram análises técnicas importantes,
105 rigorosas ao analisar toda parte do projeto que se refere à gestão financeira, ao
106 planejamento das atividades, as metas, aos itens de despesa, detalhes técnicos que foram
107 considerados na avaliação. No processo de conhecimento dos projetos, houve um
108 momento em que o grupo trabalhou junto e foi observado aspecto de determinado
109 critério e foi ajustada a pontuação, avaliações que não estavam muito precisas, ou
110 incompletas. Diz ainda que a Comissão tentou se cercar ao máximo para cada vez mais
111 ter uma avaliação do ponto de vista da perfeição. Salientou que a avaliação técnica foi
112 realizada através de três técnicos pontuando cada projeto; a pontuação mínima foi 375 e
113 a máxima 750, e que nenhum projeto atingiu 750 pontos, a maior pontuação foi da
114 ARAFASE que atingiu 677 pontos. Ana Carla Souto pontuou que foram inscritos
115 quarenta e sete projetos divididos de forma heterogenia nos territórios de identidade
116 conforme relatório apresentado na reunião, tendo predominância na Chapada
117 Diamantina de 19,1%, no Sisal com percentual de 14,8%, seguidos pelos territórios do
118 Sertão do São Francisco, Semiárido Nordeste II, Itaparica e Irecê. Com relação ao perfil
119 da natureza das instituições que foram avaliadas, considerando 46 projetos, porque uma
120 instituição não respondia as exigências do edital, foram trinta e uma associações,
121 seguidas por sete ONG's, três sindicatos, duas fundações e duas associações indígenas e
122 apenas uma cooperativa. A Sra. Tatiany solicita que seja retificada o numero de
123 associações indígena, o detalhe é que a associação não tem o nome indígena, mas foram
124 seis associações indígenas, Tumbalalá, Pankarú, Kaimbé, Tuxá, Atikum, Payayá.
125 Informa ainda que o edital foi distribuído em duas linhas de ações temáticas, Linha A de
126 projetos de educação ambiental de povos indígenas com quatro o projetos inscritos e a
127 Linha B de projetos de Recomposição e Manejo de Áreas de Preservação Permanente,
128 Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais e Agroextrativismo com quarenta e
129 dois projetos inscritos. Em seguida foi apresentado o resultado por linha de ação
130 temática e ordem de classificação: Na linha temática B: 1º- Associação Regional da
131 Escola Família Agrícola do Sertão – AREFASE – Projeto Licuri, Semente de Esperança
132 – território do sisal – valor R\$ 588.944,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e
133 quarenta e quatro reais) que tem como objetivo viabilizar o agroextrativismo sustentável
134 do licurí, realizada pelas mulheres quebradeiras, a partir do fortalecimento do sistema de
135 produção em comunidades do território da cidadania do Sisal, promovendo a
136 recuperação de áreas predominância do licurizeiro e garantindo a sustentabilidade
137 ambiental e econômica regional, no município de Monte Santo; 2º - Comissão
138 Ecumênica dos Direitos da Terra – CEDITER – Projeto Raízes Pankararé e TruKá-
139 Tupan: da Biodiversidade ao ecodesenvolvimento – território de Itaparica no valor de
140 R\$ 649.142,80 (seiscentos e quarenta e nove mil cento e quarenta e dois reais e oitenta
141 centavos) com o objetivo de fomentar a gestão sócio ambiental a partir de cultivo,

3

15



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

142 manejo de sistemas produtivos agroecológicos e florestais nos territórios do povo
143 Pankararé e o povo Truka-Tupan contribuindo nos aspectos jurídicos e econômicos que
144 envolvem a questão da gestão, desenvolvimento e organização dos territórios étnicos em
145 conflito, promovendo uma interação transcomunitária, transcendental e transversal das
146 experiências horticultura e viveres de mudas meritonias e bioconstrução e a valorização
147 dos saberes, tradição e culturas através da educação socioambiental. Esse projeto é um
148 projeto de troca, invariável do início ao fim na questão do tradicional dos povos
149 indígenas como acadêmicos, inclusive tem vários resultados que vão subsidiar pesquisas
150 bem interessantes, porque existem alguns professores envolvidos da UNEB de Paulo
151 Afonso nesses projetos, no município de Paulo Afonso e Glória; 3º - Associação dos
152 Mini e Pequenos Produtores do Vao do Itaguari – Projeto Riacho do Meio Vivo, na
153 Bacia do Rio Corrente no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) é
154 um projeto pra promover a restauração florestal de área de preservação permanente
155 valorizando a sociobiodiversidade e no manejo agroecológico e na gestão territorial do
156 agroextrativismo nas comunidades do município de Cocos com incentivos a apropriação
157 de diferentes tecnologias sustentáveis com a difusão dos conhecimentos produzidos
158 através do cineclubismo e da comunicação; 4º - Associação da Escola Comunitária
159 Família Agrícola da Região de Cícero Dantas – Projeto Fortalecendo os Sistemas
160 Agroflorestais no Semiárido Baiano: Fomentando o manejo sustentável dos recursos
161 naturais – no território do Semi-árido Nordeste II – valor R\$ 642.282,32 (seiscentos e
162 quarenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos) tem o
163 objetivo de desenvolver trabalhos de reflorestamento no intuito de transformar uma área
164 de 60,6 hectares dentro das propriedades de agricultura familiar, em espaços
165 agroflorestais com a condução de espécies nativas e exóticas adaptadas ao semiárido
166 para aumentar o número de árvores e consequentemente o sombreamento e proteção do
167 solo, consorciando culturas anuais, perenes, meliponicultura contribuindo à qualidade
168 do ambiente para pessoas e animais, de forma a contribuir com o desenvolvimento
169 sustentável do semi-árido, disseminando práticas de reflorestamento e alternativas de
170 convivência, fundamentadas nos princípios da agroecologia e por meio de processos de
171 formação continuada sobre educação sócio ambiental, convivência com o semiárido e
172 produção de alimentos nas unidade de produção familiar, possibilitando a segurança
173 alimentar e nutricional e a geração de renda para as famílias beneficiárias do projeto. O
174 projeto vai ser executado nos municípios de Cícero Dantas, Fátima e Heliópolis e
175 Ribeira do Pombal; 5º - Instituto de Permacultura em Terras Secas – IPETERRAS –
176 Projeto visa capacitar 13 comunidades na implementação de 40 hectares de SAF's
177 sustentáveis em áreas degradadas e em processo de desertificação, contemplando
178 também a Sub Bacia do Rio jacaré, afluente do Rio São Francisco, no valor de
179 R\$649.901,00 (seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e um reais). Será
180 desenvolvido nos municípios de Irecê, Canarana, Jussara, São Gabriel, Uibaí e Ibitita; 6º
181 - Grupo Ambientalista de Palmeiras – Projeto Quebrando Coco e Tecendo Redes: Licuri
182 e Coco-Palmeira como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades
183 Tradicionais da Chapada Diamantina no valor de R\$ 644.010,00 (seiscentos e quarenta
184 e quatro mil e dez reais), tem como objetivo apoiar o fortalecimento de uma rede
185 cooperativada de produtores agroextrativistas do licuri do coco palmeira, e realizar
186 atividades de recomposição e manejo florestal, em oito comunidades tradicionais
187 localizadas no município de Palmeiras; 7º - Organismo – Projeto Recuperação da Serra
188 de Santa Cruz, território do Sisal, no valor de R\$ 587.650,51 (quinhentos e oitenta e sete



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

189 mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) também é um projeto do
190 município de Monte Santo que tem uma articulação com a escola de família agrícola de
191 Monte Santo, a **AREFASE**, primeira colocada. Seu objetivo é articular processos de
192 organização social e educação ambiental, por meio de ações de recuperação de
193 ecossistemas associadas ao uso de tecnologias ecológicas e tradicionais, a fim de
194 contribuir com desenvolvimento da agroecologia, do ecoturismo, com o intuito de
195 melhorar as condições ambientais da Serra de Santa Cruz e, conseqüentemente,
196 qualidade de vida dos moradores de Monte Santo; 8º - Instituto e Formação Cidadã São
197 Francisco de Assis – ISFA - Projeto Umbu da Gente no Sertão do São Francisco no
198 valor de R\$ 406.997,00 (quatrocentos e seis mil novecentos e noventa e sete reais) esse
199 projeto que vai trabalhar com agro extrativismo do umbu, nos municípios de Manoel
200 Vitorino Boninal, Boa Nova e Mirante, com o objetivo de fomentar o manejo
201 agroflorestal sustentável de umbuzeiros e de outras espécies nativas a partir dos
202 princípios agroecológicos e do conhecimento popular e científico, visando fortalecer a
203 cadeia produtiva do umbu e de frutas nativas locais e a conservação ecológica através da
204 produção e distribuição de mudas. Com a participação de mulheres e jovens, pretende
205 promover a integração das comunidades do projeto junto aos territórios de identidade, e
206 a consolidação das organizações locais, com outras entidades da economia solidária,
207 além de realizar um mapeamento para identificação da diversidade dos umbuzeiros nas
208 áreas de atuação do projeto; 9º - Associação Agrícola dos Produtores de Mel de
209 Sobradinho – SAJUC - Projeto Nativas na região do Sertão do São Francisco no valor
210 de R\$ 622.477,56 (seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e setenta e sete reais e
211 cinquenta e seis centavos) nos municípios de Sobradinho e Casa Nova, no território
212 sertão do São Francisco, cujo objetivo é promover a educação ambiental e a
213 disseminação das experiências de criação de abelhas nativas e de produção
214 agroecológica em quintais produtivos como forma de garantir a preservação do bioma
215 Caatinga e a criação de alternativas sustentáveis de renda para os/as agricultores/as
216 familiares; 10º - Associação Indígena Pankaru – Projeto Fortalecimento e valorização
217 das organizações indígenas dos Territórios Velho Chico e Rio Corrente na região do
218 Velho Chico e Rio Corrente no valor de R\$ 522.053,20 (quinhentos e vinte e dois mil
219 cinquenta e três reais e vinte centavos), no território Velho Chico e Rio Corrente. Esse
220 projeto é articulado com nove etnias de povos indígenas existentes nos municípios de
221 Serra do Ramalho, Muquém de São Francisco e Cocos, que construíram uma agenda
222 comum de ações de educação ambiental e SAF'S envolvendo os Xakriabá, Fulni-ô,
223 Kapinawá, Potiguara, Pataxó Hã-hã-hãe e Pankaru, com o apoio dos técnicos de ATER
224 do EBDA. Seu objetivo é o fortalecimento e valorização das organizações indígenas,
225 dos territórios Velho Chico e rio Corrente. O objetivo é fortalecer a atuação das
226 organizações indígenas dos Territórios Velho Chico e Rio Corrente, por meio dos
227 princípios da Educação Ambiental, valorizando práticas sociambientais em busca de
228 preservação da biodiversidade local, bem como promover o engajamento dos povos
229 indígenas para geração de renda por meio da implantação de um Sistema Agroflorestal
230 visando o manejo florestal sustentável; 11º - Associação Regional dos Grupos
231 Solidários de Geração de Renda- Projeto Sustentabilidade do Umbu, identidade
232 feminina no território do Sisal e Piemonte Norte do Itapicuru no valor de R\$ 639.618,36
233 (seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e dezoito reais e trinta e seis centavos). Tem
234 como objetivo sustentar a pratica extrativista do umbu, promovido por mulheres
235 sertanejas de comunidades do território de cidadania do Sisal e Piemonte Norte do

13

14

15

16



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

Itapicuru a partir da recuperação de áreas da predominância do umbuzeiro e do desenvolvimento de formas equilibradas de manejo das mesmas, garantindo a sustentabilidade ambiental e econômica desta atividade na região, esse projeto envolve os municípios de Senhor do Bonfim, Itiuba, Andorinha, Monte Santo e Cansanção; 12º - Associação Bicho do Mato – Projeto Restauração da Mata Ciliar do Rio do Horizonte / Bacia Rio de Contas na região da Chapada Diamantina no valor de R\$ 581.698,34 (quinhentos e oitenta e um mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos) O objetivo é restaurar 5 km da Mata Ciliar do Rio do Horizonte, tanto no aspecto ecológico, quanto no aspecto diretamente relacionado à proteção do manancial e demais corpos d'água, envolvendo as propriedades do entorno e associação ambientalistas locais através de atividades de educação ambiental na restauração da área afetada, no município e Ibicoara; 13º - Centro de Estudos e Ação Social – CEAS – Projeto Mata Viva no valor de R\$ 546.508,10 (quinhentos e quarenta e seis mil quinhentos e oito reais e dez centavos) com o objetivo é implementar e fortalecer práticas agro florestais a partir dos princípios agro ecológicos e do conhecimento popular e científico, visando garantir a segurança alimentar e hídrica das famílias e a manutenção e recuperação ambiental das áreas circunvizinhas da região de abrangência do projeto, nos municípios de Vitória da Conquista, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itarantim e Maiquinique; 14º - Associação Comunitária de Amarantes e Região – Projeto Manejo e Beneficiamento Sustentável do Licuri no território de Piemonte da Chapada Diamantina no valor de R\$ 199.638,00 (cento e noventa e nove mil seiscentos e trinta e oito reais) tem como objetivo promover a preservação, beneficiamento e comercialização da produção de licuri, através de formação cidadã e do manejo sustentável em cinco comunidades rurais, Amarante, Caraíba, Boa Vista, Caiçara, Maracujá e Salamin do município de Serrolândia; 15º - Associação de Jovens e Ação Social de Santana – AJASS – Projeto Riacho e Nascentes de Santana no território de Santana no valor de R\$ 638.937,34 (seiscentos e trinta e oito mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos). Esse projeto trabalha com a recuperação de mata ciliar das nascentes, dos Riachos da Mãe Paula, Riachão, Ananás, Cachorro, Brejinho e Cachoeira. Esse é um dos poucos que é efetivamente de recuperação de mata ciliar e nascentes; 16º - Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá – Projeto Reflorando no Semiárido na região do Vale do Jequiriça e Recôncavo. No valor de R\$649.930,00 (seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta reais) nos municípios de Castro Alves, Elísio Medrado, Rafael Jambeiro, Santa Terezinha- Bahia. O objetivo é recuperar áreas de preservação permanente e agricultores familiares nos municípios de Castro Alves, Elísio Medrado, Rafael Jambeiro, Santa Terezinha e Ubaíra; 17º - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP – Projeto Sistema Agroflorestais e Agroextrativismo, melhorando as condições de vida com segurança alimentar e nutricional no sertão baiano, no valor de R\$ 597.769,96 (quinhentos e noventa e sete mil setecentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). O objetivo é promover o uso, manejo e o modelo do desenvolvimento sustentável nas áreas da caatinga, desenvolvendo atividades agropecuárias que contribuam com o aumento da biodiversidade, geração de renda das famílias, preservação dos recursos naturais de bioma e a melhoria da qualidade de vida, da segurança alimentar e profissional, e redução da pobreza das comunidades. Vai ser desenvolvido nos municípios de Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Pilão Arcado, na região do Sertão do São Francisco; 18º - Associação Quilombola de Palmeiras, Várzea Grande, Regra e



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

283 Caraibas – Projeto Palmeira Sustentável, o ouro verde da Chapada Diamantina, no valor
284 de R\$ 605.397,52 (seiscentos e cinco mil trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e
285 dois centavos). O objetivo é contribuir com o fortalecimento da sociobiodiversidade,
286 conscientização ambiental, conservação e preservação dos biomas dos municípios de
287 Piatã e Abaíra, no Território da Chapada Diamantina; e 19º - Humana Povo Para Povo
288 Brasil - HPP Brasil - Projeto Recaatingando Sustentabilidade no valor de R\$582.953,97
289 (quinhentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e sete
290 centavos). O objetivo é contribuir para a restauração de trinta hectares em ecossistemas
291 nativos degradados no município de Cansanção, no semiárido baiano, por meio do
292 fomento sustentabilidade socioambiental através da implantação e manejo de SAF's
293 comunitários e educação ambiental comunitária, no município de Cansanção no
294 território do Sisal. Passando para a linha temática dos Projetos de Educação Ambiental
295 em Territórios Indígenas, sendo o valor máximo até duzentos mil reais, com três
296 projetos aprovados, classificados, sendo eles: 1º - Movimento Associativo Indígena
297 Payayá - Projeto Mudas Payayá no valor de R\$ 195.453,97 (cento e noventa e cinco
298 mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos). O objetivo é ação
299 através de educação ambiental para um reflorestamento das terras indígenas
300 tradicionais, preservação do entorno e assoreamento do rio Utinga, lagoas e nascentes,
301 barragens e matas nativas nas terras indígenas Payayá no município de Utinga; 2º-
302 Associação Nova Vida dos Índios Atikum de Rodelas - Projeto Educação Ambiental
303 para recuperação de matas nativas, no valor de R\$ 198.199,92 (cento e noventa e oito
304 mil cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). É da etnia Atikum do
305 município de Rodelas, da aldeia Nova Vida, e tem como objetivo preservar e conservar
306 as matas através da educação ambiental no município de Rodelas, território de Itaparica;
307 3º - Associação Indígena da Tribo Tuxá Os Pequenos Agricultores de Rodelas – Projeto
308 Valorização da Identidade das Comunidades Indígenas do Município de Rodelas através
309 da Educação Ambiental para o Resgate dos Saberes e da Cultura local – território de
310 Itaparica – valor R\$ 112.331,00 (cento e doze mil trezentos e trinta e um reais). O
311 objetivo é desenvolver metodologias e material pedagógico que busque divulgar a
312 realidade socioambiental e cultural das comunidades indígenas do município de
313 Rodelas, através de um resgate e valorização do conhecimento tradicional dos povos
314 indígena. Após a apresentação dos projetos aprovados a Sra. Tatiany confirma a soma
315 dos valores totais por linha temática: projetos de Educação Ambiental em Territórios
316 Indígenas aprovados com a soma de R\$ 505.984,89,00 (quinhentos e cinco mil
317 novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) e nas outras três linhas
318 temáticas somam R\$ 11.005.909,98 (onze milhões cinco mil novecentos e nove reais e
319 noventa e oito centavos). Diz ainda que considerando o teto máximo do edital as
320 instituições vão ser convocadas para habilitação pela Comissão Especial de
321 Chamamento público que é presidida pela Comissão de Licitação com a participação da
322 **COGEF** e da Diretoria de Biodiversidade. A Sra. Tatiany coloca para apreciação,
323 considerações, tirar as dúvidas, maiores esclarecimentos e votação o relatório final
324 classificatório da avaliação técnica realizada pela Câmara Técnica Temporária que foi
325 apresentado pela coordenadora Ana Carla Rocha. Ressalta que os valores sofrerão
326 ajustes considerando as condicionantes e recomendações da CTT. Foi identificado a
327 necessidade de alterar o gráfico 1 do relatório quanto ao numero de projetos indígenas e
328 nos quadros 3 e 4 referente a Associação Regional de Convivência Apropriada a Seca
329 que tem que estar na grade da tabela em amarelo (não aprovado). A Conselheira

IF



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

Fernanda Wartmann parabenizou o que foi colocado na apresentação e o que aconteceu durante todo o percurso do trabalho; diz ficar feliz em ver o Estado e as pessoas que estão trabalhando no Estado com dedicação e carinho transmitindo segurança para todos, diz torcer pra que os projetos se concretizem, e que os resultados almejados sejam alcançados. O Conselheiro João Lopes diz que a credibilidade já se conseguiu, e para projetos futuros é exatamente na seriedade do que foi feito na execução técnica com acompanhamento, porque é isso que vai dar a sustentação pro futuro. O Conselheiro Ferraro cumprimenta pelo trabalho não só da Câmara Técnica, mas desde o início da construção do edital, das oficinas, de tudo que foi feito desde há um ano e meio e que não resta qualquer observação, ou qualquer questão, suspensão, ou coisa que possa desabonar o processo. Diz que o processo foi todo muito claro, o modo de pontuar com três avaliadores pontuando por projeto, tomaram todos os cuidados. Acha que o **FERFA** só precisa tomar uma decisão em algum momento de mudar, pois acha institucionalmente insustentável disponibilizar um grupo de técnicos internos, um mês, trabalhando, avaliando projetos, o que eventualmente ocasiona tensionamento e dificuldade interna. Que a experiência do edital 01 e do edital 02, acumulou uma capacidade, uma expertise interna, que permite coordenar processos como esse, mas inclusive com avaliadores *Ad hocs* remunerados. Diz que o Fundo Nacional do Meio Ambiente- FNMA usa muitas vezes esse caminho convidando pessoas que ganham por projeto avaliado, sugere que essas pessoas com expertise, seguindo critérios estabelecidos sejam convidadas desonerando a Instituição proponente do Chamamento. A Conselheira Sueli Abad também parabeniza todo trabalho, a transparência, a colocação, e os detalhes, a troca de saberes que foi riquíssima. Afirma ser um enriquecimento muito grande para o Estado. Após as considerações foi colocado em votação o Relatório final classificatório da Avaliação Técnica sendo aprovado por unanimidade, e deliberado a publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia através de Resolução. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada na qual eu Dâmaris Acasan Carneiro dos Santos lavrei esta Ata que será assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. Salvador, 19 de junho de 2013.

MEMBROS:

Tatiany de Andrade Oliveira
Luiz Antonio Ferraro Junior
Célia Regina Menezes Bandeira
Sueli Tereza Abad
João Lopes Araújo
Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann